

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

VOTO GCS-3

PROCESSO: TCE/RJ nº 100.941-7/20
ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
ASSUNTO: AUDITORIA GOVERNAMENTAL EXTRAORDINÁRIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES CONSTANTES DO PLANO DE EMERGÊNCIA APRESENTADO PELO ESTADO VISANDO À CONTINUIDADE DE OBRAS METROVIÁRIAS. INÉRCIA ADMINISTRATIVA NA RETOMADA DAS OBRAS. APLICAÇÃO DE MULTA. COMUNICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO. DETERMINAÇÃO.

Trata o presente de Relatório de Auditoria Governamental Extraordinária determinada nos autos do Processo TCE-RJ nº 103.351-2/19, tendo por objeto o acompanhamento das ações mencionadas no Plano de Emergência encaminhado a este Tribunal pela Secretaria de Estado de Transportes (SETRANS), com vistas à continuidade das obras metroviárias da Estação Gávea.

Tramita anexado ao presente o processo TCE-RJ nº 105.413-0/19 – processo no qual inicialmente foi efetuada a fiscalização quanto ao Plano de Emergência encaminhado pela SETRANS -, tendo em vista decisão proferida por esta Corte nos aludidos autos, em Sessão Plenária de 22/04/2020.

Após uma decisão anterior, o Plenário assim decidiu, em Sessão realizada em 02/09/2020:

VOTO:

I - Pelo ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE DEFESA apresentadas

pelo Sr. Delmo Manoel Pinho, Secretário de Estado de Transportes;

II - Pelo NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE DEFESA apresentadas pelo Sr. Murilo Provençano dos Reis Leal, Conselheiro-Presidente da Agetransp;

III - Pelo ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA apresentadas pelo Sr. Delmo Manoel Pinho, Secretário de Estado de Transportes, considerando atendido o item V da Decisão Plenária de 22/04/2020;

IV - Pelo ACOLHIMENTO PARCIAL DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA apresentadas pelo Sr. Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, ex-Secretário de Estado de Fazenda, e pelo Sr. Murilo Provençano dos Reis Leal, Conselheiro-Presidente da Agetransp, considerando parcialmente atendidos os itens VI e VII da Decisão Plenária de 22/04/2020;

V - Pela APLICAÇÃO DE MULTA ao Sr. Murilo Provençano dos Reis Leal, Conselheiro-Presidente da Agetransp, com fulcro no art. 63, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, no valor de R\$ 35.550,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais), equivalentes, nesta data, a 10.000 (dez mil) UFIR-RJ, a ser recolhido, com recursos próprios, ao erário estadual no prazo de 15 (quinze) dias, devendo o responsável comprovar o recolhimento perante esta Corte de Contas, ficando, desde já, determinada a **COBRANÇA EXECUTIVA**, bem como a expedição de ofício à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para inscrição em dívida ativa após o trânsito em julgado, no caso de não recolhimento;

VI - Pela NOTIFICAÇÃO ao Excelentíssimo Governador do Estado, Sr. Wilson José Witzel, nos termos do art. 26, § 2º, do Regimento Interno, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de defesa em face da omissão, desde o início de seu mandato, na adoção de medidas concretas com vistas à retomada das obras metroviárias da Estação Gávea, apesar de ciente dos riscos que decorrem da sua paralisação, bem como pelo descumprimento injustificado da Decisão Plenária de 22/04/2020;

VII - Pela COMUNICAÇÃO ao Excelentíssimo Governador do Estado em exercício, nos termos do art. 26, § 2º, do Regimento Interno, com **DETERMINAÇÃO** para que, de forma imediata, adote as providências cabíveis visando a assegurar a retomada das obras metroviárias da Estação Gávea, priorizando a destinação de recursos para a conservação do patrimônio público e a garantia da incolumidade física das pessoas, tendo em vista os graves riscos que decorrem da paralisação das obras, comprovando as medidas adotadas perante esta Corte no prazo de 15 (quinze) dias, **sob pena de multa diária de 1.000 (mil) UFIR-RJ**;

VIII - Pela COMUNICAÇÃO ao atual Secretário de Estado de Transportes, nos termos do art. 26, § 1º, do Regimento Interno, com **DETERMINAÇÃO** para que adote as medidas administrativas cabíveis para a caracterização da responsabilidade técnica do parecer NIMA-PUC-RJ, uma vez que as soluções nele descritas foram incorporadas

ao termo de referência para a contratação de projeto básico, enfatizando-se que o cumprimento da Determinação será objeto de verificação nas etapas ulteriores desta Auditoria Governamental;

IX - Pela COMUNICAÇÃO ao atual Conselheiro-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp), nos termos do art. 26, § 1º, do Regimento Interno, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, **sob pena de multa diária de 1.000 (mil) UFIR-RJ**, cumpra as seguintes **DETERMINAÇÕES**:

a) Esclareça se foi contratado seguro de responsabilidade civil que envolva os riscos relativos às obras metroviárias da Estação Gávea, tendo como segurados a concessionária e o Estado do Rio de Janeiro, com informação sobre sua vigência;

b) Manifeste-se, conclusivamente, quanto ao cumprimento da alínea “d” da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Concessão da Linha 4 do Metrô, no que tange à contratação e à manutenção de seguro para risco de engenharia, cobrindo, em particular, as obras para a construção da Estação Gávea, considerando as condições atuais das obras e eventuais impactos nos termos dos seguros já contratados;

c) Encaminhe, na integralidade, cópia digitalizada da apólice de seguro nº 5177201849510000247, uma vez que, por duas ocasiões, o documento enviado continha falhas na sua digitalização, permitindo somente a visualização das páginas ímpares;

X - Pela COMUNICAÇÃO ao atual Presidente da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos), nos termos do art. 26, § 1º, do Regimento Interno, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, **sob pena de multa diária de 1.000 (mil) UFIR-RJ**, cumpra as seguintes **DETERMINAÇÕES**:

a) Esclareça se foi contratado seguro de responsabilidade civil que envolva os riscos relativos às obras metroviárias da Estação Gávea, tendo como segurados a concessionária e o Estado do Rio de Janeiro, com informação sobre sua vigência;

b) Manifeste-se, conclusivamente, quanto ao cumprimento da alínea “d” da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Concessão da Linha 4 do Metrô, no que tange à contratação e à manutenção de seguro para risco de engenharia, cobrindo, em particular, as obras para a construção da Estação Gávea, considerando as condições atuais das obras e eventuais impactos nos termos dos seguros já contratados;

XI - Pela EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS à Augusta Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, e ao Juízo da 16ª Vara de Fazenda Pública, para ciência desta Decisão;

XII - Por DETERMINAÇÃO À SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO deste Tribunal, para que:

a) Dê continuidade à presente Auditoria Governamental, mantendo-se o acompanhamento, *pari passu*, das medidas adotadas pelos órgãos e

entidades estaduais competentes, com o propósito retomar as obras metroviárias da Estação Gávea;

b) No caso de interposição de Recurso de Reconsideração ou de Recurso de Revisão pelo responsável em face da multa aplicada no item V deste Voto, proceda ao processamento da peça em autos apartados, a fim de não comprometer a celeridade da fiscalização em tela.

Em resposta aos itens VII a X acima transcritos, os responsáveis apresentaram os Documentos abaixo discriminados:

RESPONSÁVEL	DOC. TCE-RJ Nº
Sr. Claudio Bomfim de Castro e Silva	27.438-0/20
Sr. Delmo Manoel Pinho	04.644-8/21
Sr. Murilo Provençano dos Reis Leal	25.579-6/20 e 11.042-5/21
Sr. Luiz Carlos Teófilo	25.532-8/20

Além dos documentos relacionados acima, a Concessionária Rio Barra, na qualidade de terceira interessada, encaminhou os documentos tombados sob os números TCE-RJ 26.681-2/20, 28.658-9/20 e 00.859-7/21.

Apesar de devidamente notificado através do Ofício PRS/SSE/CGC/NP 22.660/2020, cujo termo foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 10/09/2020, tendo em vista que não houve confirmação de abertura da mensagem do correio eletrônico vinculado ao SICODI, o Sr. Wilson José Witzel ficou-se inerte.

Em sua análise técnica, a Coordenadoria de Auditoria em Desestatização assim se manifesta, em conclusão, por meio da instrução constante da peça eletrônica “28/06/2021 – Informação CAD-Desestatização”:

1) APLICAÇÃO DE MULTA, em valor a ser definido pelo Plenário mediante Acórdão, ao **Sr. Wilson José Witzel**, Governador do Estado do Rio de Janeiro à época dos fatos, com fulcro no art. 63, II, da Lei Complementar Estadual nº 63/92, em face do descumprimento injustificado da Decisão Plenária de 22.04.20;

2) COMUNICAÇÃO ao Governador do Estado do Rio de Janeiro em exercício, nos termos do art. 26, §1º, do Regimento Interno, com **DETERMINAÇÃO** para que demonstre a destinação orçamentária dos recursos necessários para a execução das obras na Estação Gávea da Linha 4 do Metrô no ano de 2021 e a inclusão do projeto no PPA;

3) **COMUNICAÇÃO** ao atual **Secretário de Estado de Transportes**, nos termos do art. 26, §1º, do Regimento Interno, para que tome **CIÊNCIA** do presente relatório, bem como das informações prestadas pela CRB nestes autos, constantes dos documentos 026.681-2/20 e 000.859-7/21, e ainda cumpra as seguintes **DETERMINAÇÕES**:

a) oficie a Concessionária Rio Barra S.A. - CRB no sentido de que essa, na qualidade de Contratante dos Seguros, obtenha, perante as Seguradoras Allianz Seguros (Apólice de Seguros nº 5177201849510000247 - Responsabilidade Civil) e HDI Global (Apólice nº 03.001.367.000078 - Riscos de Engenharia), a confirmação oficial de que as coberturas das referidas Apólices de Seguros estão adequadas ao atual cenário de obra paralisada da Estação da Gávea do Metrô. Fazendo constar, inclusive, que as referidas Apólices cobrem o risco potencial de ruptura de uma ou mais partes das escavações da estação, conforme apontado no relatório NIMA/PUC-RIO 190913;

b) informe sobre o andamento das tratativas perante a CRB visando a renovação das Apólices de Seguros citadas no item anterior, uma vez que essas apólices possuem vigências até 31.12.20;

c) encaminhe o cronograma atualizado do Plano de Emergência, esclarecendo eventuais alterações.

4) **COMUNICAÇÃO** ao atual **Secretário de Estado de Fazenda**, nos termos do art. 26, §1º, do Regimento Interno, com **DETERMINAÇÃO** para que possibilite o acesso da Equipe de Auditoria ao processo SEI-100002/000547/2020 por meio do Sistema SEI;

5) **COMUNICAÇÃO** ao atual **Conselheiro-Presidente da Agetransp**, nos termos do art. 26, §1º, do Regimento Interno, para que tome **CIÊNCIA** do presente relatório;

6) **COMUNICAÇÃO** ao atual **Diretor-Presidente da Riotrilhos**, nos termos do art. 26, §1º, do Regimento Interno, para que tome **CIÊNCIA** do presente relatório;

7) **COMUNICAÇÃO** para **CIÊNCIA** à Concessionária Rio Barra, por meio de seu advogado constituído em procuração constante do documento TCE-RJ 28.658-9/20, Sr. João Paulo da Silveira Ribeiro da Silva, OAB/RJ sob o nº 169.991, de que o inteiro teor dos autos poderá ser consultado por meio do sítio eletrônico deste TCE;

8) **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS** à Augusta Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, e ao Juízo da 16ª Vara de Fazenda Pública, para ciência desta Decisão.

O Ministério Público Especial, representado pela Procuradora Aline Pires Carvalho Assuf, nada opõe à adoção das medidas preconizadas na instrução.

É o Relatório.

Inicialmente, registro que atuo nestes autos em virtude de convocação promovida pela Presidência desta Egrégia Corte de Contas, em Sessão Plenária de 17/04/2018.

Ressalto que o presente processo constava do acervo processual do eminente Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, eleito Presidente, e foi distribuído à minha relatoria em 12/02/2021, em atendimento ao art. 2º do Ato Executivo nº 23.599/21, publicado no DOERJ em 04/01/2021.

Conforme dito anteriormente, os jurisdicionados apresentaram esclarecimentos em atendimento aos itens VII a X da decisão plenária de 02/09/2020.

O Corpo Instrutivo, após minucioso exame das respostas encaminhadas, manifesta-se na forma abaixo transcrita (informações anexadas em 07/01/2021, 15/03/2021 e 28/06/2021, tendo em vista a remessa intempestiva dos documentos 00.859-7/21, 04.644-8/21 e 11.042-5/21):

VII - Pela *COMUNICAÇÃO* ao Excelentíssimo Governador do Estado em exercício...

(...)

ANÁLISE:

Tendo em vista o informado no Of. SETRANS/GABSET SEI Nº 460 – encaminhado em resposta ao TSID 03/255/20, o valor estimado para o Projeto Básico é de R\$3.050.000,00. Ademais, no Of. SETRANS/GABSET 183/20, foi apresentado o valor estimado de 50 milhões de reais para a realização das obras.

Deste modo, a disponibilização do valor de R\$300.000,00 está muito aquém do necessário para a resolução da questão. Observa-se ainda que nada foi informado quanto ao valor que será disponibilizado no orçamento de 2021 e que, conforme o cronograma apresentado pela Setrans, o início das obras está previsto para outubro de 2021, com final previsto para o segundo semestre de 2022.

Conforme será visto em item posterior, o cronograma inicial do Plano de Emergência já está quatro meses atrasado – o que teria sido ocasionado por outras situações - e, portanto, esta situação parece não ter afetado, por enquanto, o desenvolvimento do Plano de Emergência. Entretanto, tendo em vista a urgência da resolução do problema, é imprescindível que sejam disponibilizados os recursos orçamentários com o objetivo evitar novos atrasos no desenvolvimento do Plano de Emergência.

Portanto, observa-se que, embora a reposta apresentada pelo responsável não atenda plenamente à determinação imposta, entende-se que este ainda esteja sujeito à aplicação de multa diária, impondo-se, portanto, a comprovação do cumprimento da aludida imposição plenária.

Deste modo, será sugerida nova determinação para que o Governador em exercício demonstre a destinação orçamentária dos recursos necessários para a execução das obras na Lei Orçamentária de 2021 e a inclusão do projeto no Plano Plurianual.

VIII - Pela COMUNICAÇÃO ao atual Secretário de Estado de Transportes...

(...)

No tocante ao segundo documento que deu entrada nesta Corte (doc. 4.644-8/21), a Setrans encaminha "a cópia da caracterização de responsabilidade técnica (ART) do parecer NIMA-PUC-RJ, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA-RJ, para profissional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro".

A solicitação de envio da anotação de responsabilidade referente ao parecer NIMAPUC-RJ foi objeto de indagação por parte desta Corte de Contas nos relatórios de acompanhamento anteriores. Em específico, no 5º relatório, foi avaliada a questão e, naquela oportunidade, a Setrans informou que havia providenciado a remessa do Ofício SETRANS/GABSET nº 358/2020 à Subreitoria de Desenvolvimento da PUC, com vistas à emissão do ART. Vale registrar que tal fato foi objeto de determinação plenária no item VIII do voto de sessão de 02.09.20.

Com o atual envio da anotação de responsabilidade técnica, referente ao parecer NIMAPUC-RJ, consideram-se atendidas as exigências profissionais contidas nas Leis Federais nos 6.496/77 e 5.194/66 e, desta forma, o documento passa a gozar de adequado respaldo técnico-jurídico quanto aos apontamentos efetuados.

Em conclusão, a partir dos novos elementos encaminhados, considera-se atendida a determinação plenária, item VIII, exarada em sessão de 02.09.20. Além disso, entende-se pertinente a retificação parcial da instrução de 07.01.21, sendo necessária a inclusão de sugestão de ciência à Setrans quanto ao conteúdo do documento TCE-RJ 000.859-7/21, bem como do documento 026.681-2/20, anteriormente encaminhado.

IX - Pela COMUNICAÇÃO ao atual Conselheiro-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp)...

(...)

I. DA ARGUIÇÃO PRELIMINAR

(...)

ANÁLISE:

Em preliminar, a Agestransp apresenta matéria já enfrentada por esta Corte, notadamente no último relatório da presente auditoria, qual seja: que sua competência fiscalizatória no âmbito da regulação e fiscalização do Contrato de Concessão em tela dar-se-ia com o início da operação do serviço comercial, não abarcando a fase de obras.

Sobre o tema, faz-se necessário afastar novamente tal entendimento, por meio da reprodução de trechos extraídos do último voto proferido nestes autos em 02.09.20, conforme a seguir:

(...)

Ainda, quanto ao fundamento da Agestransp de que o parecer da PGE afastaria a sua competência no âmbito da fiscalização dos contratos de seguros na fase de obras, destaca-se o trecho extraído do Ofício Riotrilhos/Pres Nº 054/2020 (Doc. 25.532-8/20), de 24.09.20 (fls. 1.155/1.156), reproduzido a seguir:

1.2. Do entendimento da PGE/RJ quanto ao dever fiscalizatório da AGETRANSP no Contrato CL4/98:

Outro esclarecimento necessário diz respeito à alegação da AGETRANSP de que a fiscalização dos seguros referentes à fase de obras seria da RIOTRILHOS, baseada em conclusões dispostas pela Procuradoria de Serviços Públicos da PGE/RJ no Parecer PGE/PSP/MCVH 01/2016, de 24.11.16.

Essa afirmação é oriunda de uma interpretação equivocada realizada pela CAPET / AGETRANSP, uma vez que o Parecer mencionado da PGE/RJ teve por objeto avaliar os diferentes posicionamentos jurídicos acerca de qual ente seria competente para proceder a comprovação financeira dos investimentos implementados pela Concessionária na Concessão da Linha 4 do metrô, sem adentrar, especificamente, na questão fiscalizatória dos seguros.

Diversamente da questão atinente aos seguros, que possui cláusula própria com o estabelecimento de competências expressas à AGETRANSP, a matéria discutida no Parecer demandou interpretações pelos órgãos jurídicos da Secretaria de Estado de Transportes e da Agência Reguladora.

Assim, por discordarem em suas avaliações, a matéria foi submetida à Procuradoria de Serviços Públicos – PSP/PGE, através do Parecer PGE/PSP/MCVH 01/2016, no qual firmou o entendimento no sentido de que a fiscalização do CL4/98 pela Companhia não se limita à fiscalização técnica e que, portanto, deve atestar os investimentos assumidos pela Concessionária Rio Barra – CRB.

Contudo, o referido parecer foi submetido ao Visto do Subprocurador Geral do Estado (fls. 1.180/1.182), que o aprovou, em 25.07.2017, com RESSALVA, vejamos:

“Acolhem-se as conclusões do Parecerista MIGUEL COSTA VAN HOMBEECK, que opinou no sentido de que (i) a atuação fiscalizatória da RIOTRILHOS não se limita à fiscalização técnica das obras na fase de implantação; (ii) da análise sistemática do contrato, extrai-se que a real intenção dos contratantes, corroborada pelas práticas adotadas ao longo da execução contratual, é no sentido de atribuir à RIOTRILHOS o dever de

fiscalização na fase de implantação; e (iii) compete à AGETRANSP a fiscalização da execução do serviço e a relação de bens reversíveis somente a partir da implementação da Linha 4.

(...)

A ressalva que fazemos à manifestação do Procurador MIGUEL COSTA VANHOMBEECK é no sentido de que não obstante a fiscalização da obra para fim de pagamento por sua execução ser de competência do PODER CONCEDENTE, representado pela RIOTRILHOS, **deve ser reconhecida a existência de outras funções da AGETRANSP, que podem vir a ser desempenhadas durante a execução da obra, inclusive a função fiscalizadora, a fim de avaliar o descumprimento de algum preceito legal, regulamentar ou contratual, que é essencial para viabilizar o exercício de sua função sancionadora e de sua função julgadora**”.

Portanto, a alegação da AGETRANSP mencionada no Voto de que restou configurada a ausência de competência da agência para fiscalização de todo e qualquer ato durante a fase de implantação da Linha 4 está absolutamente equivocada, visto que ignora a RESSALVA acima realizada pelo Exmo. Sr. Subprocurador Geral do Estado, que expressamente reconheceu a existência de funções da AGETRANSP durante as obras.

(Grifou-se)

Diante do exposto, resta claro que **não deve ser acolhida a alegação da Agetransp de que não possui competência fiscalizatória, durante a fase de obras, no que tange à regulação dos contratos de seguros no âmbito da Concessão da Linha 04 do Metrô.**

II. DO ITEM “IX.a” DO VOTO

(...)

ANÁLISE:

Antes de adentrar no exame, cabe lembrar que este item do voto foi resultado da análise no relatório de auditoria anterior, sendo reproduzido no item **VII.a** da decisão plenária de 22.04.20, conforme excerto a seguir transcrito:

(...)

Ademais, é importante ressaltar que o “evento adverso”, a que alude o texto anteriormente apresentado, é caracterizado no próprio relatório da PUC-RIO, conforme constante no seu item 5.1, a seguir transcrito:

(...)

As estruturas de contenção presentemente existentes na obra são provisórias, compreendendo, essencialmente, concreto projetado e tirantes. A parcela em concreto de tais estruturas não foi, entretanto, dimensionada para garantir, sozinha, a estabilidade das escavações. **Assim sendo, os tirantes provisórios constituem um componente estrutural fundamental para que se possa garantir tal estabilidade.**

É importante notar aqui que, conforme o item 3.2 da recentemente revista Norma Brasileira que trata da execução de tirantes ancorados no terreno, ABNT NBR 5629: 2018, a vida útil de tirantes provisórios é de 2 anos, a contar da data de instalação dos mesmos. **Ora, como as obras foram paralisadas em 2015, as condições atuais da principal parcela resistente das estruturas de contenção das escavações**

subterrâneas já contrariam uma recomendação da Associação Brasileira de Normas Técnicas. (grifou-se)

Cumpra registrar, portanto, que o objetivo do questionamento em tela foi no sentido de que a Agetransp se manifestasse, **conclusivamente**, esclarecendo se existe seguro de **Responsabilidade Civil** contratado e vigente, contemplando como segurados a concessionária e o Estado do Rio de Janeiro, abrangendo os riscos relativos às obras paralisadas da Estação Gávea. Ou seja, **se esses seguros cobrem a ocorrência de eventual sinistro decorrentes dos riscos supramencionados apontados no relatório de Diagnóstico da PUC-RJ.**

Por sua vez, a Agetransp, com fundamento na Nota Técnica nº 32/2020, limitou-se a apresentar as ressalvas de (i) a (viii), já relatadas no tópico “Resposta” deste item do voto.

Conclui-se, diante da análise das respostas apresentadas, que a Agetransp não atendeu ao solicitado por esta Corte, uma vez que deixou de manifestar-se conclusivamente em relação ao questionamento do item “IX.a” do voto. Ou seja, não esclareceu se a Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (nº 5177201849510000247), com prazo de vigência até 31.12.20, contratada junto à Allianz Seguros visando amparar a responsabilidade civil da Concessionária Rio Barra por Danos Materiais e/ou Danos Corporais a terceiros ocasionados pela atividade de conservação e manutenção dos ativos da Estação Gávea, poderia ser acionada caso ocorresse um sinistro na Estação Gávea do Metrô em decorrência dos riscos apontados no relatório da PUC-RJ. Tampouco esclareceu se esses riscos poderiam ser excluídos da referida apólice e, por conseguinte, o sinistro não seria coberto.

III. DO ITEM “IX.b” DO VOTO

(...)

ANÁLISE:

Em resposta ao solicitado no item em exame, a Agetransp, procedendo da mesma forma que no item anterior, limitou-se, por meio da Nota Técnica nº 32/2020, a apresentar as ressalvas de (i) a (viii), relatadas na resposta deste item. Com destaque para o item (vii), no qual declara que **não foi possível afirmar quais estruturas estão seguradas na apólice**, uma vez que a Concessionária não apresentou a memória de cálculo e o laudo de avaliação, bem como pelo fato do objeto do seguro possuir descrição muito sintética.

Conclui-se, diante da análise das respostas apresentadas, que a Agetransp não atendeu ao solicitado por esta Corte, uma vez que também deixou de se manifestar conclusivamente em relação ao questionamento do item “IX.b” do voto. Ou seja, não esclareceu se a **Apólice de Seguros de Riscos de Engenharia** (nº 03.001.367.000078), com vigência até 31.12.20, contratada junto à HDI Global visando dar cobertura a execução das obras civis necessárias para construção de 02 Shafits na Estação Gávea – RJ, poderia ser acionada caso ocorresse um sinistro

na Estação Gávea do Metrô em decorrência dos riscos apontados no relatório da PUC-RJ. Tampouco esclareceu se esses riscos poderiam ser excluídos da referida apólice e, por conseguinte, o sinistro não seria coberto.

IV. DO ITEM “IX.c” DO VOTO

(...)

ANÁLISE:

Verifica-se que a cópia digitalizada da apólice de seguro nº 5177201849510000247 foi enviada em sua integralidade (fls. 1.210/1.257), atendendo, assim, o solicitado por esta Corte, que permite subsidiar as análises na presente fiscalização.

X - Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos)...

(...)

I. DA ARGUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DA AGETRANS

(...)

ANÁLISE:

Em complemento à resposta da RioTrilhos, cumpre relembrar que o teor e conclusão da análise¹ deixa claro que é a **Agetransp** o órgão competente para controlar e fiscalizar os contratos de seguros no âmbito do Contrato de Concessão da Linha 04 do Metrô. Depreende-se, portanto, que as manifestações da RioTrilhos quanto ao solicitado nos itens “X.a” e “X.b” do voto devem ser consideradas como informações complementares no presente relatório.

II. DAS DETERMINAÇÕES DO VOTO

(...)

ANÁLISE:

Inicialmente cabe relembrar que os itens “X.a” e “X.b” são idênticos aos itens “IX.a” e “IX.b”. Esses últimos direcionados à Agetransp na Comunicação anterior do voto, a qual, conforme já abordado, detém a competência primária para se manifestar sobre o tema. Nesse sentido, as informações prestadas pela RioTrilhos serão analisadas de forma subsidiária neste tópico.

Quanto ao item “X.a” do voto, verifica-se que a resposta apresentada pela RioTrilhos se limitou a informar que a cobertura da **Apólice de Responsabilidade Civil - RC**, contratada junto à Allianz Seguros, é amparar a responsabilidade civil da Concessionária por Danos Materiais e/ou Danos Corporais a terceiros, decorrentes de acidentes causados pelas atividades de conservação e manutenção de todos os ativos da Estação Gávea.

¹ Tópico I. DA ARGUIÇÃO PRELIMINAR da presente análise referente ao item “IX” do voto.
1044

Informa que esse seguro engloba eventuais reclamações de terceiros contra a Concessionária e os cossegurados da apólice, seja em ações judiciais ou extrajudiciais, desde que sejam em função de danos causados por acidentes de origem súbita e imprevista. Porém, não esclareceu se esses acidentes de origem súbita e imprevista também englobariam os riscos iminentes apontados no relatório da PUC-RIO. Ou seja, se esses riscos iminentes também estariam cobertos pela referida apólice.

*Por sua vez, quanto ao item “X.b” do voto, destaca-se o trecho em que a CRB esclarece que o objeto da cobertura da apólice de **Riscos de Engenharia - RE**, contratada junto à HDI Global, é amparar a Concessionaria contra acidentes, de origem súbita e imprevista, que resultem em prejuízos materiais englobando máquinas, equipamentos, estruturas metálicas e a outros bens instalados e/ou montados no canteiro da Gávea. **Com exceção dos riscos excluídos especificados na apólice**, contudo, não especificou quais seriam esses riscos excluídos pela apólice.*

Ainda, cabe destaque, a informação de que as apólices RC e RE não podem ser acionadas com o objetivo de mitigar riscos associados à atual condição de estabilidade da estrutura dos poços e edificações lindeiras, podendo essas ser acionadas somente a partir da ocorrência do sinistro.

*Conclui-se, portanto, que a resposta apresentada pela RioTrilhos também não esclareceu ao solicitado por esta Corte, uma vez que deixou de se manifestar conclusivamente em relação aos questionamentos dos itens “X.a” e “X.b” do voto. Ou seja, não esclareceu se a **Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil** ou a **Apólice de Seguro de Riscos de Engenharia** poderiam ser acionadas caso ocorresse um sinistro na Estação Gávea do Metrô em decorrência dos riscos apontados no relatório da PUC-RJ. Tampouco esclareceu se esses riscos poderiam ser excluídos da referida apólice e, por conseguinte, o sinistro não seria coberto.*

III. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

*Com o intuito de obter melhores esclarecimentos sobre os questionamentos dos itens “X.a” e “X.b” do voto, foi formalizado um pedido complementar de informação à Setrans, por meio do TSID 03/255/2020, direcionado à CRB, na qualidade de Concessionária contratante dos seguros, para que também se manifestasse, **conclusivamente**, sobre a cobertura dos seguros. Ou seja, no referido TSID, solicitou-se que a CRB se pronunciasse nos seguintes termos:*

Considerando existência de risco potencial de ocorrência de evento adverso e as condições atuais das obras paralisadas da Estação Gávea do Metrô. Caso ocorra um sinistro originado comprovadamente por alguns dos fatores apontados no Relatório NIMA-PUC/RJ, os seguros atualmente contratados por determinação da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Concessão poderão ser acionados? Se não, fundamentar o motivo da negativa. Se sim, relacionar as Apólices de Seguros, bem como os tipos de coberturas e respectivos valores máximos?

A CRB, em resposta, encaminhou o Ofício PRES – 148/2020, de 18.11.20 (Doc. 23), do qual se extraem os seguintes trechos:

(...)

ANÁLISE:

Preliminarmente verifica-se que a CRB, com fundamento na Nota Técnica sobre as obras da Estação Gávea elaborada pela CJC, **descarta a possibilidade de risco iminente de colapso das estruturas da Estação Gávea do Metrô**. Essa informação contraria o que foi apontado no Relatório NIMA-PUC/RJ. Tal divergência mostra-se relevante no presente caso, uma vez que a retomada urgente das obras está pautada, principalmente, pelo apontamento de riscos às estruturas das obras, a vidas e a edifícios do entorno das escavações da Estação Gávea, conforme indicado no Relatório NIMA-PUC/RJ.

Nada obstante, depreende-se que, mesmo diante dessa divergência constante dos pareceres de especialistas em obras metroviárias de engenharia - que discordam quanto à iminência ou não do risco –, não seria prudente afastar a necessária urgência em se implementar o plano de cessação dos riscos, ora em curso. Outrossim, não haveria tempo para avaliar a procedência ou não das diversas assertivas técnicas, já que a questão envolve potencial risco à vida, sendo necessário decidir em favor da sua preservação. Assim, conclui-se que devem ser asseguradas todas as condições necessárias para o prosseguimento das ações visando fazer cessar os potenciais riscos decorrentes das obras paralisadas da Estação Gávea.

Quanto ao questionamento referente à cobertura dos seguros, a CRB afirma que os seguros contratados de **Responsabilidade Civil (Item X.a) e de Riscos de Engenharia (Item X.b)** estão adequados para o atual cenário de obra paralisada da Estação Gávea.

Nesse sentido, na proposta de encaminhamento, será sugerida determinação à Setrans para que oficie a CRB no sentido de obter, oficialmente, perante as Seguradoras, a ratificação da adequação da cobertura dos seguros, considerando o atual cenário de obra paralisada. Fazendo constar, ainda, que as referidas Apólices de Seguros cobrem o risco potencial de colapso de partes da estrutura, conforme apontado no relatório da PUC-RIO.

Por fim, cumpre destacar que os atuais seguros de **Responsabilidade Civil e Riscos de Engenharia** possuem vigências até 31.12.20. Assim, na proposta de encaminhamento, será questionado também à Setrans sobre o andamento das tratativas referentes à renovação desses seguros.

Concessionária Rio Barra - documentos TCE-RJ 26.681-2/20 e TCE-RJ 28.658-9/20

A Concessionária Rio Barra – CRB veio aos autos, representada por seus advogados, constituídos por procuração (documento TCE-RJ 28.658-9/20), e apresentou sua manifestação por meio do documento TCE-RJ 26.681-2/20. Neste último, registra, inicialmente, que a

manifestação enviada a este Tribunal tem o intuito de colaborar com a análise a ser realizada.

(...)

ANÁLISE:

Tendo em vista a manifestação da Concessionária como terceira interessada no processo, passa-se à análise da documentação.

De início, ressalte-se que as informações trazidas pela Concessionária são bastante relevantes e podem impactar tanto no desenvolvimento do Plano de Emergência – como a possibilidade de medidas judiciais, por exemplo – quanto no valor e segurança da solução adotada.

Conforme já exposto em análises anteriores do Plano de Emergência, não cabe ao TCE definir a solução a ser adotada pela Administração. Visto que a obra paralisada representa potencial risco à vida, a bens e a estrutura de imóveis lindeiros, é fundamental que a Administração atue de modo diligente com o objetivo de resolver o problema e defina a solução mais adequada, em conformidade com os critérios legais e a análise de conveniência e oportunidade, e o escopo desta auditoria é o acompanhamento das ações adotadas.

No entanto, considerando-se a relevância dos questionamentos trazidos pela Concessionária, entende-se ser essencial que a Administração avalie os fatos relatados pela CRB em sua tomada de decisão, a fim de evitar novos atrasos na solução do problema, riscos ao patrimônio ou à segurança da obra. Portanto, será sugerida ciência à Setrans quanto aos fatos relatados no documento da CRB.

Cabe trazer à baila o relatório da CJC, empresa responsável pelo projeto básico da Linha 4 do Metrô, o qual teceu severas críticas em relação ao Novo Plano de Emergência proposto pela Setrans.

*Nesse relatório, destaca-se, em especial, a conclusão de que o **cronograma e o orçamento propostos apresentariam inconsistências técnicas importantes**. Ainda, que não se trataria apenas de carência de detalhamento do projeto básico, mas de deficiência na sua origem e concepção. E que tais inconsistências técnicas não somente não agregariam qualquer ganho de segurança às obras, mas teriam o efeito contrário, ou seja, aumentariam o risco de colapso.*

*Nesse sentido, por meio do TSID 04/255/2020, foi solicitado à Setrans para que se manifestasse, **individualmente**, em relação a todas as inconsistências técnicas apontadas no citado relatório da CJC.*

Em resposta, a Setrans encaminhou o Ofício SETRANS/GABSET SEI Nº 461, de 13.11.20 (Doc. 21).

Preliminarmente, a Setrans deixa claro que o Plano de Emergência em questão se constitui em um projeto conceitual, a partir do qual está sendo elaborado um Termo de Referência no âmbito de um procedimento licitatório em curso. Que, por conseguinte, formalizará a contratação de empresa ou consórcio para Realização de Estudos e

Elaboração de Projeto Básico de Consolidação Estrutural da Estação Gávea.

*Por sua vez, no que tange à manifestação individualizada referente ao mérito das inconsistências técnicas apontadas no relatório da CJC. A Setrans, **em síntese**, informou que o Termo de Referência dispõe que caberá ao Projeto Básico fixar as soluções técnicas definitivas a serem implementadas na estação da Gávea, com vistas à mitigação dos riscos estruturais. Ainda, que o Projeto Básico irá ratificar as premissas do Plano de Emergência ou, **se for o caso, retificar por meio da estipulação de outras soluções técnicas**. Por fim, afirma que os apontamentos da CJC não maculam o proposto no Plano de Emergência.*

Dessa forma, depreende-se que a partir da contratação de empresa ou consórcio especializado para o desenvolvimento do projeto básico para a obra em tela, todas as inconsistências técnicas apontadas no relatório da CJC serão enfrentadas e, por conseguinte, deverão ser dadas soluções técnicas adequadas de engenharia para cada uma dessas situações.

Contudo, verifica-se também que esse projeto básico, caso se proponham novas soluções técnicas, poderá ter o seu valor (estimado de R\$ 50 milhões), bem como o prazo para a execução da obra profundamente alterados. Assim, por meio do TSID 05/255/2020, foi solicitado à Setrans o seguinte esclarecimento:

Quando da elaboração do Projeto Básico, caso haja necessidade de alteração das soluções técnicas propostas no Plano de Emergência das obras da estação gávea, o custo estimado de R\$ 50 milhões e o prazo de execução da obra poderão sofrer alterações significativas? Em caso afirmativo e levando-se em consideração o atual cenário, bem como o interesse público, ainda assim, essa proposta continuará sendo a mais adequada frente às demais opções possíveis?

*Em resposta, a Setrans encaminhou o Ofício SETRANS/GABSET SEI Nº 481, de 26.11.20 (Doc. 23), por meio do qual **confirmou que, caso haja necessidade de alteração das soluções técnicas propostas, serão esperados novos custos e prazo**. Ainda, que no atual momento, qualquer tentativa precipitada de estimar custos e prazos em função dessa eventual alteração não passaria de um mero exercício de especulação, sem qualquer fundamentação técnica. Complementou que, no futuro próximo, quando da conclusão do Projeto Básico, o Estado do Rio de Janeiro terá elementos suficientes para avaliar a proposta mais adequada frente às demais opções possíveis.*

*Conclui-se, portanto, que, diante dos fatos apresentados, existem grandes possibilidades de o custo estimado bem como o prazo para a execução das obras referentes ao Plano de Emergência, **apresentado em nível conceitual**, sofrerem aumentos significativos após a elaboração do projeto básico.*

Por fim, passa-se à análise dos pedidos apresentados pela Concessionária.

Quanto aos pedidos para que o TCE afaste a solução pela Setrans proposta e avalie a alternativa aventada pela CRB, entende-se, conforme já exposto, que não cabe ao TCE validar ou definir a solução a ser adotada pela a Administração com vistas à redução dos riscos representados pela obra paralisada. Vale repisar que é fundamental que as questões relatadas nos documentos apresentados pela Concessionária sejam consideradas pela Administração em sua tomada de decisão, a fim de se evitar novos riscos e atrasos na solução do problema.

Relativamente ao pedido de reavaliação dos 12 (doze) itens contratuais para a retomada das obras, registra-se que tramita nesta Corte o processo TCE-RJ 103.971-2/16, no qual a Concessionária Rio Barra é parte, e que tem como objeto a análise do sobrepreço global decorrente de preços excessivos frente aos preços de mercado.

Entre outros itens, o referido processo avalia os limites de valores a serem pagos pelo Estado pelos serviços nos quais foram identificadas irregularidades, no caso de retomada das obras. O processo TCE-RJ 103.971-2/16 ainda não foi objeto de decisão definitiva por este TCE e está na fase de decisão preliminar. Portanto, entende-se que não cabe o exame quanto ao ponto no presente processo.

(...)

Quanto ao documento TCE-RJ 00.859-7/21, enviado pela Concessionária Rio Barra – CRB em 19/01/2021, que se refere ao Relatório 520320, de Inspeção Estação Gávea, produzido pela empresa Hibbard Inshore Brasil, o Corpo Técnico assim se manifestou:

No tocante ao primeiro documento (doc. 859-7/21), vale registrar que o Relatório Técnico apresentado teve por objeto a inspeção e coleta de informações sobre o estado de conservação das estruturas submersas nos poços e cavernas da Estação Gávea, executado por meio da técnica denominada Remotely Operated Underwater Vehicle (ROV), consistente na utilização de veículo subaquático operado remotamente com sonares de imagem de altíssima definição e de varredura, além de uma câmera de vídeo.

A utilização do equipamento ROV, por meio de produção de imagem e vídeo, utilizando a técnica de sonar, foi capaz de observar o estado de conservação das estruturas submersas da estação Gávea, e de confrontar, por intermédio de varredura, a geometria estrutural.

Ao fim, o responsável técnico contratado, Eng. CORRADO PIASENTIN, profissional técnico da HIBBARD INSHORE BRASIL LTDA, emite opinião no sentido de que “Todas as estruturas inspecionadas resultaram íntegras, e não foram observadas anomalias”. Foi também apresentada ART para vincular a responsabilidade pelo referido relatório.

Diante da apresentação desse documento, a Concessionária Rio Barra reitera seu pedido para que este Tribunal avalie: (i) a alternativa proposta desenvolvida pela CRB para execução das obras brutas da Estação Gávea; (ii) a proposta de execução das obras brutas da estação Gávea, com base nas recomendações do parecer elaborado pelo Professor e Engenheiro Aldo Dórea Mattos, no qual o responsável manifesta-se sobre 12 (doze) itens contratuais que, uma vez revistos por esta Corte, permitiriam a retomada das obras, caso fossem adotadas as condicionantes expostas ao ERJ na Carta PRES-084/2020.

Mais uma vez, como já exposto em relatórios anteriores desta Equipe de Auditoria, frise-se que não cabe ao TCE definir qual seria a melhor solução a ser adotada para o caso concreto. É necessário que a própria Administração Pública, dentro do mérito de sua atuação, defina a solução mais adequada, pois há uma diversidade de possibilidades de solução para o caso, e esta precisa definir qual das técnicas possíveis se alinhará.

Nesta definição de qual solução técnica adotar, faz-se relevante o conhecimento das diversas variáveis de reconhecimento da atual situação estrutural da estação Gávea. Neste contexto, o relatório técnico encaminhado pela CRB só vem a contribuir para a tomada de decisão dos órgãos governamentais envolvidos.

Além disso, cabe informar que o novo relatório técnico apresentado não modifica as informações constantes do 5º Relatório de Acompanhamento relatadas pelo Corpo Técnico desta Casa.

Desta forma, considerando-se a relevância dos questionamentos trazidos pela Concessionária, é fundamental que a Administração avalie as informações encaminhadas, de forma a conhecer mais este dado importante da situação estrutural da estação Gávea, e possa considerar as diversas variáveis na sua tomada de decisão. Portanto, será sugerida ciência à Setrans quanto aos fatos relatados no documento da CRB.

Impende ressaltar que o Sr. Murilo Leal, Conselheiro-Presidente da Agência Reguladora, encaminhou a esta Corte, em 20/05/2021, o Doc. TCE-RJ nº 11.042-5/21, informando sobre o andamento do processo regulatório E-22/008/273/2019², instaurado em atendimento à decisão proferida em 02/10/2019 nos autos do processo TCE-RJ 105.413-0/19 (em anexo).

Ao analisar as informações trazidas pelo jurisdicionado, o Corpo Instrutivo verificou que as mesmas não alteram o mérito dos encaminhamentos propostos nas instruções de 07/01/2021 e 15/03/2021, nos termos expostos a seguir:

Análise

² Cópia do administrativo juntada aos autos.

Observa-se que a documentação apresentada pela Agetransp traz informações quanto ao andamento do processo regulatório de acompanhamento do Plano de Emergência. Igualmente, é informada a abertura de novo processo regulatório com o objetivo de verificar eventual descumprimento contratual da concessionária pela não conclusão das obras e as repercussões econômico-financeiras no Contrato de Concessão.

No que tange ao novo processo regulatório – SEI-220008/000732/2021 - constata-se que está acessível para consulta no Sistema Eletrônico de Informações – SEI-RJ, corroborando o informado pelo Conselheiro-Presidente da Agetransp.

Há que se ressaltar a importância da instauração dos processos regulatórios citados no que se refere a atuação da Agência. Vale destacar que a análise mais detida dos citados processos instaurados pela Agetransp será realizada posteriormente, após a Decisão Plenária no âmbito deste processo.

Relativamente às análises realizadas pela equipe de auditoria nas instruções de 07.01.21 e 15.03.21, entende-se que tais informações não alteram a última proposta de encaminhamento desta equipe, visto que não trazem fatos novos quanto ao conteúdo dos itens propostos.

À vista do exposto, e após detido exame dos autos, verifico que apenas o item VIII da decisão plenária de 02/09/2020 foi atendido integralmente.

Não obstante a manifestação encaminhada pelo Presidente da Agetransp não ter atendido satisfatoriamente ao determinado por esta Corte na decisão de 02/09/2020, conforme constatou o Corpo Instrutivo (fls. 1611/1616), uma vez que não respondeu de forma conclusiva os questionamentos acerca do seguro da obra, o jurisdicionado não se quedou inerte. Assim, considerando que o Presidente da Agetransp já foi apenado anteriormente, o princípio da razoabilidade e as dificuldades reais do gestor, diante da complexidade do tema e da necessidade de atuação da concessionária e do Governo do Estado na solução do problema, no presente caso, não será aplicado multa, sem prejuízo a futuras sanções na reincidência de não atendimento integral das determinações desta Corte.

Ademais, conforme bem destacado no parecer do *Parquet* de Contas, três questões ficaram pendentes:

1 - Não foi demonstrado que orçamento estadual contempla dotações orçamentárias suficientes para dar continuidade às obras metroviárias, bem como de que as mesmas restam consignadas no Plano Plurianual;

2 - Os seguros relativos às obras carecem de clara definição/adequação quanto a seus objetos, sobretudo se considerada a atual situação das mesmas;

3 - O cronograma de execução do Plano de Emergência, em muito postergado, ainda parece ser uma peça desconectada da realidade das etapas a serem desenvolvidas para resolução da questão.

Nessa toada, em consonância à manifestação do Corpo Técnico em relação ao item VII da última decisão, reputo que o Chefe do Poder Executivo deve demonstrar a destinação orçamentária dos recursos necessários para a execução das obras na Estação Gávea da Linha 4 do Metrô no ano de 2021 e a inclusão do projeto no PPA, o que será objeto de determinação no dispositivo de meu Voto.

Também acolho a proposta da instância instrutiva no sentido de expedir determinação ao atual Secretário de Estado de Transportes, para que tome providências relativas aos seguros mencionados nos itens IX e X do Voto anterior, tendo em vista a necessidade de renovação das apólices e da confirmação oficial de que as coberturas das mesmas estão adequadas ao atual cenário de obra paralisada da Estação da Gávea do Metrô.

O referido Secretário deve encaminhar ainda o cronograma atualizado do Plano de Emergência, esclarecendo eventuais alterações, considerando o atraso do referido plano revelado pela Auditoria, conforme fragmento da instrução de 28/06/2021, abaixo reproduzido:

Em brevíssima reanálise dos 5º Relatório de Auditoria, verificou-se que o Plano de Emergência avançou, embora com atraso, com a divulgação do edital seleção para de estudos e projeto básico da consolidação

estrutural da estação Gávea do metrô, cujo procedimento está previsto para ser realizado em 23.07.21³.

Tendo em vista que o atraso em relação ao cronograma encaminhado a este TCE se manteve, entende-se que não deve ser alterada a comunicação sugerida ao atual Secretário de Estado de Transportes no que tange à atualização do cronograma.

Também entendo necessário determinar ao atual Secretário de Estado de Fazenda que possibilite o acesso da Equipe de Auditoria ao processo SEI-100002/000547/2020, que trata da licitação para escolha de empresa para elaboração do projeto básico, uma vez que o acesso ao Sistema SEI permanece restrito para consulta aos autos.

Registro que o cumprimento das determinações será objeto de verificação nas etapas ulteriores desta Auditoria Governamental. Assim, determino à Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal que dê continuidade às ações fiscalizatórias que vêm sendo exercidas em relação ao tema, mantendo-se o acompanhamento, *pari passu*, das medidas adotadas pelos órgãos e entidades estaduais competentes, com o propósito de dar continuidade às obras metroviárias da Estação Gávea.

Quanto ao item VI da decisão plenária de 02/09/2020, em razão da ausência de resposta do Sr. Wilson José Witzel, a Coordenadoria Geral de Prazos e Diligências - CPR emitiu, em 14/10/2020, o Certificado de Revelia n.º 922/2020.

Diante da inércia do ex-Governador, o Corpo Instrutivo assim se pronuncia:

ANÁLISE:

Conforme destacado em análise anterior, apesar de a Secretaria de Transportes ter adotado providências, nos limites da sua atuação, com o objetivo de reduzir os riscos representados pela paralisação das obras, restaram lacunas, que só poderiam ser resolvidas com a atuação do poder central. Entretanto, mesmo diante da gravidade do problema, não houve nenhuma

³ Informação disponível no endereço eletrônico da SETRANS: http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina=3044. Acesso em 25.06.21.

manifestação do então Governador quanto ao determinado em voto de 22.04.20.

No ponto, observou-se em análise que, embora o responsável tivesse ciência da necessidade de adotar providências para suprimir os graves riscos representados pela obra paralisada da Estação Gávea desde o início de seu mandato e tenha sido instado diversas vezes por este Tribunal, neste e em outros processos TCE-RJ, a adotar as medidas necessárias para a resolução do problema, a situação permaneceu praticamente inalterada ao longo de sua gestão.

Destaque-se que, no voto de 02.09.20, às fls. 1126/1131, ao fundamentar a notificação, o Conselheiro Relator detalha as diversas ocasiões em que o TCE-RJ chamou atenção para a urgência de solução do problema, além de registrar diversas situações em que o responsável se omitiu. A seguir, transcreve-se trecho do voto citado:

(...)

Portanto, visto que não houve nenhuma manifestação do então Governador quanto à determinação exarada em voto de 22.04.20 e que, posteriormente, em 02.09.20, quando chamado aos autos para apresentar defesa pelo não atendimento à decisão plenária, foi revel, conforme certificado de revelia emitido, será sugerida aplicação de multa ao responsável pelo descumprimento injustificado de decisão deste TCE, conforme estabelecido no artigo 80, inciso IV, do Regimento Interno do TCE-RJ.

Tendo em vista as evidências constantes dos autos, alinho-me à manifestação do Corpo Técnico acerca da aplicação de multa ao Sr. Wilson José Witzel, com fulcro no art. 63, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em razão do não atendimento, sem causa justificada, às decisões plenárias de 22/04/2020 e 02/09/2020.

Para fins de dosimetria da pena, cumpre esclarecer que, de acordo com o art. 65 da Lei Complementar nº 63/90, o *quantum* sancionatório foi fixado levando em conta a estrita correlação da irregularidade com a conduta do agente, a relevância da falta, o grau de instrução do servidor e sua qualificação profissional, respeitando os princípios constitucionais da proporcionalidade e razoabilidade.

Por fim, como medida de organização processual, determino à Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal que, no caso de interposição de

Recurso de Reconsideração ou de Recurso de Revisão em face da Aplicação de Multa, proceda ao processamento da peça em autos apartados, a fim de não comprometer a celeridade da presente Auditoria de Acompanhamento.

Diante do exposto, posiciono-me **DE ACORDO** com a proposta do Corpo Instrutivo e com o parecer do douto Ministério Público de Contas, e

VOTO:

I – Pela **APLICAÇÃO DE MULTA**, mediante Certidão de Condenação, ao **Sr. Wilson José Witzel**, Governador do Estado do Rio de Janeiro, à época dos fatos, nos termos do artigo 63, inciso IV c/c artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, no valor de R\$ 74.106,00 (setenta e quatro mil, cento e seis reais), equivalente, nesta data, a **20.000** vezes o valor da UFIR-RJ, em face do descumprimento injustificado às decisões plenárias de 22/04/2020 e 02/09/2020, a ser recolhida, com recursos próprios, ao erário estadual, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo ser comprovado o seu recolhimento junto a esta Corte de Contas, ficando, desde logo, autorizada a **COBRANÇA JUDICIAL**, no caso de não recolhimento, respeitado o prazo recursal, bem como a expedição de ofício à Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RJ) para inscrição em dívida ativa;

II - Pela **COMUNICAÇÃO**, nos termos do § 1º do artigo 26 do Regimento Interno desta Corte, ao Excelentíssimo Governador do Estado do Rio de Janeiro, para que cumpra a **DETERMINAÇÃO** discriminada a seguir, comprovando perante a esta Corte no prazo de **15 dias**, alertando-o de que o não atendimento injustificado o sujeita às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/1990:

II.A – Demonstre a destinação orçamentária dos recursos necessários para a execução das obras na Estação Gávea da Linha 4 do Metrô no ano de 2021 e a inclusão do projeto no PPA;

III - Pela **COMUNICAÇÃO**, nos termos do § 1º do artigo 26 do Regimento Interno desta Corte, ao atual Secretário de Estado de Transportes, para ciência do presente relatório, em especial das informações prestadas pela CRB nos

documentos 26.681-2/20 e 00.859-7/21, e para que cumpra as **DETERMINAÇÕES** discriminadas a seguir, comprovando perante a esta Corte no prazo de **15 dias**, alertando-o de que o não atendimento injustificado o sujeita às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/1990:

III.A – Oficie a Concessionária Rio Barra S.A. - CRB no sentido de que essa, na qualidade de Contratante dos Seguros, obtenha, perante as Seguradoras Allianz Seguros (Apólice de Seguros nº 5177201849510000247 - Responsabilidade Civil) e HDI Global (Apólice nº 03.001.367.000078 - Riscos de Engenharia), a confirmação oficial de que as coberturas das referidas Apólices de Seguros estão adequadas ao atual cenário de obra paralisada da Estação da Gávea do Metrô. Fazendo constar, inclusive, que as referidas Apólices cobrem o risco potencial de ruptura de uma ou mais partes das escavações da estação, conforme apontado no relatório NIMA/PUC-RIO 190913;

III.B – Informe se foram renovadas as Apólices de Seguros citadas no item anterior, uma vez que as mesmas possuíam vigências até 31/12/2020;

III.C – Encaminhe o cronograma atualizado do Plano de Emergência, esclarecendo eventuais alterações;

IV - Pela **COMUNICAÇÃO**, nos termos do § 1º do artigo 26 do Regimento Interno desta Corte, ao atual Secretário de Estado de Fazenda, para que cumpra a **DETERMINAÇÃO** discriminada a seguir, comprovando perante a esta Corte no prazo de **15 dias**, alertando-o de que o não atendimento injustificado o sujeita às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/1990:

IV.A – Possibilite o acesso da Equipe de Auditoria ao processo SEI-100002/000547/2020 por meio do Sistema SEI;

V - Pela **COMUNICAÇÃO**, nos termos do § 1º do artigo 26 do Regimento Interno desta Corte, ao atual Conselheiro-Presidente da Agetransp; ao atual Diretor-Presidente da Riotrilhos; e à Concessionária Rio Barra, na pessoa de seu advogado constituído, Sr. João Paulo da Silveira Ribeiro da Silva, OAB/RJ nº 169.991, para ciência desta decisão;

VI - Pela EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS à Augusta Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça; e ao Juízo da 16ª Vara de Fazenda Pública, para ciência desta decisão;

VII - Por DETERMINAÇÃO à Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal, para que:

VII.A – Dê continuidade à presente Auditoria Governamental, mantendo-se o acompanhamento, *pari passu*, das medidas adotadas pelos órgãos e entidades estaduais competentes, com o propósito de retomar as obras metroviárias da Estação Gávea;

VII.B – No caso de interposição de Recurso de Reconsideração ou de Recurso de Revisão pelo responsável em face da multa aplicada no item I deste Voto, proceda ao processamento da peça em autos apartados, a fim de não comprometer a celeridade da fiscalização em tela.

GCS-3, de de 2021.

CHRISTIANO LACERDA GHUERREN
Conselheiro Substituto